

LUTA MUNICIPALÁRIA

Boletim Informativo nº 58 - Maio de 2019



**SIM PARA VOCÊ.
SIM PARA A CIDADE.**

REPOSIÇÃO LUTA!

ASSEMBLEIA DIA 16/05 DÁ INÍCIO À DATA-BASE 2019

No dia 16 de maio, a categoria municipalária tem mais um encontro marcado para organizar a luta por seus direitos. A partir das 18h30, na Casa do Gaúcho, acontecerá a primeira Assembleia da Data-Base deste ano, quando será apresentada a proposta de pauta de reivindicações e discutido o plano de mobilização dos municipais.

Os servidores e servidoras estão em luta desde a data-base de 2017 pela reposição inflacionária garantida em lei. A postura impositiva e antidemocrática de Marchezan, que se nega a negociar e insiste em não garantir esse direito, vem resultando em duras perdas para a categoria. De acordo com o Dieese, a inflação apresentou uma variação de 12,06% entre maio de 2016 e a projeção feita para abril de 2019.

A pauta deste ano também trará outras reivindicações, como a revogação do PLCE 02/19 e a retirada de tramitação de qualquer projeto de lei que ataque os direitos dos servidores.



www.simpa.org.br



@SimpaPortoAlegre



www.flickr.com/photos/simpapoa



simpa@simpa.org.br

REORGANIZAR A CLASSE TRABALHADORA PARA LUTAR E AVANÇAR

O Simpa realizou seu VI Congresso nos dias 26 e 27 de abril com o título acima. Nele, foram feitas várias discussões, desde a avaliação da atual diretoria e da conjuntura que atravessamos até nosso plano de lutas para o próximo período. Discutimos mudanças no Estatuto do Sindicato e na organização da categoria, que são extremamente importantes e correspondem a uma necessidade da nossa prática sindical. Isso mostra o quão atentos e preocupados estamos com a situação dos trabalhadores frente aos ataques dos governos em todos os níveis. Todas as propostas de resolução serão levadas à Assembleia Geral da categoria, no dia 16/05, para apreciação.

Longe de querermos impor uma "verdade" à realidade, ignorando a multiplicidade nela existente, para nós importa pensar no que vem pela frente, o futuro próximo, o modo como podemos rearticular a situação que vivemos. Não podemos interpretar a realidade atual dos trabalhadores, sua pretensão passividade frente aos ataques do Capital, como uma negativa de construir uma nova realidade, um mundo mais justo e fraterno - esse erro nós não podemos cometer. Isso se aplica ao que vivemos nos governos do "Coiso", de Eduardo Leite e de Marchezan Jr. Não é porque percebemos que há "certa falta de combate" aos desmandos governamentais que podemos concluir que não há disposição de luta para mudar essa situação. O que importa é percebermos que nessa "democracia", alguns atos são tomados como atos de vontade da maioria. No entanto, nosso papel não é refletir passivamente à opinião dessa "maioria", mas instigar os trabalhadores a mobilizarem suas forças com o intuito de criar dinamicamente uma nova maioria. Como diz Zizek, uma ação propriamente dita não é apenas a intervenção estratégica numa determinada situação, mas ela cria retroativamente suas próprias condições.

Nosso Congresso aponta para frente, as alterações propostas no Estatuto interpretam a realidade de forma correta e mostram o caminho. Cabe à diretoria do Simpa, olhando retroativamente para o passado recente e para o presente, desafiar o futuro. Com base no sentimento de injustiça palpável hoje aos trabalhadores, por tudo que sofrem, apontar novos caminhos para constituir uma nova realidade. As ações que empreendermos por nossa Data-Base, contra a reforma da Previdência e para a construção da greve geral são algumas das partes que nos cabem nesta tarefa.

15 de maio

DIA DE LUTAR PELA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Uma ampla mobilização em defesa da educação brasileira está sendo chamada por estudantes, professores e movimentos sociais e sindicais para o dia 15 de maio, quando acontecerá a Greve Nacional da Educação, uma reação aos ataques e ao desmonte da área promovidos por Bolsonaro. Recentemente, foi anunciado o corte de 30% das verbas destinadas às universidades e institutos federais e de R\$ 914 milhões para a educação básica. O contingenciamento total do MEC será ampliado para R\$ 7,4 bilhões.

O movimento também ganhará contornos locais conforme a realidade de cada estado e município. Em Porto Alegre, os servidores vão denunciar o abandono da educação pela gestão Marchezan, que se traduz, por exemplo, na violência dentro e fora da escola – entre alunos, contra os trabalhadores, pela falta da Guarda Municipal e pela precarização da rede de atenção, que envolve saúde, educação e assistência social – no desmonte da estrutura da rede municipal e na falta de recursos humanos e de projeto pedagógico.

Outro ponto importante é a denúncia das parcerias público-privadas (PPPs) na educação, que avançam por meio da terceirização da ação pedagógica e da avaliação externa dos profissionais da rede, uma forma de Marchezan transferir o ensino fundamental para a iniciativa privada com a desculpa de, assim, poder atender a educação infantil. O movimento também é contra a suspensão das matrículas do ensino médio e técnico da rede municipal e reivindica mais diálogo nas decisões tomadas pelo município.

Foto: Mariana Pires



Finanças da cidade

PORTO ALEGRE TEM DINHEIRO SIM!

"A prefeitura de Porto Alegre teve superávit orçamentário nos últimos cinco anos. O déficit mais recente ocorreu em 2013, quando as contas municipais fecharam em R\$ 158,6 milhões no vermelho. Apesar disso, o prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) sustenta que o Executivo municipal não tem recursos suficientes para pagar suas despesas há pelo menos duas décadas", afirma o *Jornal do Comércio* em matéria publicada no dia 25/04. No ano passado, o resultado orçamentário foi de R\$ 366,2 milhões positivos e Marchezan dizia faltar R\$ 75 milhões.

De acordo com a publicação, há receitas não contabilizadas pelo Tesouro Municipal, o que acaba resultando num suposto déficit. Por exemplo: o lucro do Dmae (R\$ 91 milhões); os recursos "carimbados" do SUS e do Fundeb e o rendimento da capitalização dos recursos do Previmpa (R\$ 397 milhões).

A constatação do jornal corrobora o que o Simpa vem afirmando: a opção do prefeito pelo arrocho salarial, parcelamentos e desmonte dos serviços públicos é política e não uma necessidade imposta pelas finanças.

EXPEDIENTE

O informativo Luta Municipália é uma publicação do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre - SIMPA
Rua João Alfredo, 61 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-230 - Fone: (51) 3228.2325

Jornalistas:
Mariana Pires (Mtb 18419)
Priscila Lobregatte (Mtb 46752)
Projeto gráfico/diagramação: Oro Mendes
Exemplares: 2.000 Impressão: VT Propaganda
Data de fechamento da edição: 08/05/2019

GESTÃO 2016-2019

Diretora Geral: Luciane Pereira da Silva Diretor Geral: Alberto Moura Terres Diretor Geral: Jonas Tarcísio Reis Diretor Administrativo: Hamilton Fernando Pessoa Farias Diretor Financeiro: Adolfo Rohr Diretor Financeiro Adjunto: Talito Francisco Halberstadt Diretor de Comunicação: Ivam Martins de Martins Diretor de Comunicação Adjunto: Adroaldo Bauer Spindola Corrêa Diretor de Formação Sindical: Rodrigo de Barcelos Rodrigues Diretora de Formação Sindical Adjunta: Roselia Siviero Sibemberg Diretor de Assuntos Jurídicos: Luan Castilhos Sanchotene Diretor de Assuntos Jurídicos Adjunto: Laudénir Machado Figueiredo Diretora de Saúde do Trabalhador: Onéia da Silva Machado Diretora de Saúde do Trabalhador Adjunta: Rita Buttes da Silva Diretora de Ações de Combate à Opressão: Ignez Maria Serpa Ramminger Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: Jose Francisco Espírito Santo.

MUNICIPÁRIOS E MUNICIPALÁRIAS APONTAM NOVOS RUMOS PARA A CATEGORIA



Um rico debate marcou a realização do VI Congresso do Simpa, ocorrido nos dias 26 e 27 de abril. As propostas de resolução passarão pelo crivo da categoria, durante a assembleia geral que acontece no dia 16/05, a partir das 18h30, na Casa do Gaúcho.

Dentre as mudanças propostas está a criação de uma Diretoria de Mulheres, uma Diretoria de Combate às Terceirizações e uma Diretoria de Aposentados. As mulheres, nem precisamos dizer, são a maioria na categoria, o que também apontou que as novas diretorias eleitas devem ser constituídas de 50% delas, no mínimo. Os terceirizados, assim como os estatutários, têm sofrido inúmeros ataques do governo Marchezan e são os mais precarizados pela constante falta de pagamento e de outros direitos. E os aposentados, hoje, já são 41% dos associados do Simpa. Todas es-

sas propostas, portanto, estão em consonância com a realidade concreta da categoria e do serviço público.

Além destas questões ligadas à vida sindical do Simpa, há propostas relativas à conjuntura nacional e à participação da categoria em lutas gerais, tais como a mobilização contra a reforma da Previdência e em defesa dos serviços públicos (contra a precarização, terceirização e privatização), dos direitos da classe trabalhadora e por uma sociedade mais justa e igualitária. Também estão entre as propostas a luta pela liberdade de Lula e todos presos políticos e por justiça para Marielle Franco.

Desconto sindical

NOVO ATAQUE DE MARCHEZAN AO SIMPA E AOS SERVIDORES

Em mais uma manobra que visa enfraquecer o Simpa, representante legítimo da categoria municipal, o governo Marchezan, alinhado à medida provisória do governo Bolsonaro, decidiu suspender o desconto em folha das mensalidades dos sócios do Sindicato. A interferência tem o claro propósito de asfixiar a entidade, que tem sido um dos principais focos de resistência e de denúncia da péssima gestão do prefeito, responsável pela precarização dos serviços públicos e das condições de trabalho dos municipais. O Simpa ajuizou ação no TJ-RS questionando a medida e aguarda decisão. O Sindicato esclarece que mesmo com a suspensão temporária do desconto mensal do Sindicato, todos que hoje são sócios permanecem sendo associados.

Ação na Justiça

Greve de 2019

O Simpa, por meio de sua assessoria jurídica, entrou na Justiça, em caráter de urgência, com ação declaratória de legalidade da greve ocorrida em fevereiro/março de 2019. O objetivo é que o Município não efetue o corte do ponto e que seja registrada “greve” – impedindo, assim, os descontos ilegais gerados pela “falta greve”, os quais incidiram sobre vantagens e gratificações dos servidores grevistas – e para que sejam estornados os descontos indevidamente realizados. O Sindicato aguarda a decisão do agravo da liminar no Tribunal de Justiça.

Em 2017 e 2018, o SIMPA teve reconhecida, na Justiça, a legalidade dos movimentos paredistas, no qual foi impedido o corte de ponto e, com isso, a não realização de descontos dos dias não trabalhados sobre as remunerações.

MAIS DE 86% DESAPROVAM GOVERNO MARCHEZAN

Pesquisa do Instituto Methodus e da Foca Comunicação, recentemente divulgada, não deixa dúvida sobre a insatisfação da população de Porto Alegre com o prefeito Marchezan Jr. Mais de 86% não aprovam a atual gestão e apenas 8% disseram aprová-la. Ao todo, 57% acham a administração péssima; já para 23% o governo é ruim. Esta é a tradução, em dados, do desgosto do povo com uma gestão que abandonou a cidade, deixando Porto Alegre suja, esburacada, com os serviços públicos sucateados, a saúde pública na UTI e a educação em frangalhos.



CONGRESSO DEFINE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPAÍRIOS NA GREVE GERAL



No rol de ataques à classe trabalhadora brasileira encampada pelo atual governo federal, a reforma da Previdência pode ser considerada um dos piores. Afinal, se aprovada, as novas regras jogarão a maioria dos futuros aposentados na miséria.

Com uma postura antidemocrática, autoritária e avessa aos direitos mais elementares, o governo Bolsonaro tem dito que a reforma é necessária para equilibrar as contas, acabar com o suposto déficit da Previdência e atrair mais investimentos ao país. Mas a verdade é que a “Nova Previdência” é ainda pior do que a proposta de Temer (que já era ruim) e só vai piorar a vida do povo. Por isso, o Simpa tem convocado a categoria municipal a participar da luta contra a reforma e a participar da greve geral, convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho.

ATAQUES CONTIDOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

- fim da aposentadoria por tempo de contribuição;
- obrigatoriedade de idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres;
- aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos;
- para receber o valor integral do benefício, será preciso trabalhar e contribuir durante 40 anos;
- muda o cálculo do valor do benefício: ao invés de contabilizar 80% dos maiores salários, como acontece pelas regras atuais, vai contabilizar todas as contribuições feitas ao longo da vida, o que vai reduzir o valor do benefício;

- pagamento do PIS apenas para quem recebe até um salário mínimo (hoje, é até dois salários mínimos);
- redução dos valores da pensão por morte de viúvos, viúvas e órfãos e do Benefício da Prestação Continuada (BPC) pago a idosos pobres. O BPC iria de um salário mínimo (R\$ 998) para apenas R\$ 400 e seria pago apenas aos idosos em condição de miséria a partir dos 60 anos. Para receber o valor integral, o idoso terá de ter 70 anos, cinco a mais do que é exigido hoje.

SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO DE BOLSONARO SERÁ A MORTE DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Um dos itens mais perversos da proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro é o que cria o regime de capitalização, via previdência complementar individual. Trata-se de uma verdadeira privatização do sistema que hoje é público e solidário, uma conquista da Constituição de 1988.

Pelo projeto, será aberta uma conta individual, na qual serão depositados mensalmente todos os valores de contribuição descontados dos trabalhadores para se aposentar, sem contribuição do patrão ou do governo. Desse valor também será retirada a taxa de administração do fundo e capitali-

zado somente o saldo, mediante especulação no mercado financeiro.

O provento de aposentadoria será calculado pelo valor total acumulado de contribuições, descontando taxas/custeio de administração do fundo, ou seja, o trabalhador vai contribuir sozinho para sua aposentadoria e irá receber somente o que sua parcela individual acumular ao longo da vida. Caso ocorram perdas no mercado financeiro e no momento de aposentaria tiver pouco dinheiro, a aposentadoria poderá ser menor que o salário mínimo e menor do que o valor contribuído.

No Chile, onde o modelo foi implantado

há mais de 35 anos, a perda no valor da renda foi de 70% em relação ao que os aposentados recebiam antes da mudança, aumentando a miséria entre os idosos e tornando o sistema insustentável. E quem já é aposentado também vai ser afetado. Afinal, o regime de capitalização levará à falência a Previdência pública, de maneira que os atuais benefícios não estarão garantidos. Ou seja, esse sistema é bom somente para os banqueiros e quem vive da especulação da renda dos outros.